

Sobre lugares, práticas, corporeidades, dominação e parceria: a experiência gentrificadora e seus atravessamentos na cidade contemporânea[1]

About places, practices, corporeities, domination and partnership: the gentrifying experience and its crossings in the contemporary city

Rodrigo Gonçalves dos Santos* & Laila Beatriz da Rocha Loddi* & Nauíra Zanardo Zanin*

Resumo

Trata-se de um artigo que desenvolve um exercício de fala e escuta instalando um conjunto de exposições-diálogos catalisadores do direcionamento de um olhar sensível à cidade revelando possibilidades da coexistência das diferenças nas diversas camadas do espaço urbano. Nessa direção, o texto articula três linhas de pesquisa (1. Fenomenologia do Espaço Habitado; 2. Poéticas do Corpo-Espaço-Objeto; e 3. Diferença, Estética, Educação e Cidade) em torno de três grandes blocos (1. Opacidades, rugosidades, dobras: as feiras como espaços táticos; 2. Presenças indígenas no espaço público; e 3. Cartografia do lugar: um debate estético-político de compartilhamento do sensível) apresentando situações de dissenso nas apropriações dos espaços das cidades colocando em suspensão a experiência gentrificadora e sua presença constante como desarticuladora de práticas estético-políticas nos espaços urbanos. Tem-se, assim, três falas e três escutas que se atravessam e se complementam configurando uma cartografia de possibilidades da construção da cidade a partir dos processos urbanos contemporâneos oriundos de práticas estéticas e políticas de resistências e dissensos. A escrita, então, vai se desenvolvendo como um diálogo mediado por um marco teórico como resistência a um discurso dominante de planejamento do espaço urbano e arquitetônico. Pensa-se, nesta direção, num se deixar contagiar pela experiência subjetiva e a partir daí traçar possíveis desenhos de cidades que expressem a parceria adormecida de estar-junto.

Palavras-chave arquitetura, corpo, cidade, dissensos, gentrificação

Abstract

It is a practice that develops an exercise of speech and listening by installing a set of dialogues catalyzing the directing of a sensitive view of the city revealing possibilities of the coexistence of differences in the various layers of urban space. In this direction, the text articulates, three lines of research (1. Phenomenology of the Inhabited Space, 2. Poetics of the Body-Space-Object, and 3. Difference, Aesthetics, Education and City) around three large blocks (1. Opacities Roughness, folds: as fairs as tactical spaces, 2. Indigenous presences in the public space, and 3. Cartography of the place: an aesthetic-political debate of sharing the sensible) presenting situations of dissent in the appropriation of the spaces of the Cities, gentrifying experience and its constant presence the dismantling of aesthetic-political practices in urban spaces. There are thus three lines and three speeches that cross each other and complement each other by configuring the cartography of possibilities of building the city from contemporary urban processes derived from aesthetic and political practices of resistance and dissent. A writing, then, is developing as a dialogue mediated by a theoretical framework as resistance to a dominant discourse of urban and architectural space planning. It is thought in this direction that one can be conveyed by subjective experience and from cities design that express the sleeping partnership of being together.

Keywords: architecture, body, city, dissent, gentrification



Considerações iniciais: articulando blocos de uma fala e escuta sensíveis à cidade

Procuramos trazer aqui nesse artigo uma reflexão acerca da experiência gentrificadora do espaço da cidade, tomando como ponto de partida o pensamento de que estamos numa sociedade do espetáculo mediada pela noção de uma estética da dominação em contraponto à uma estética da parceria.

Num exercício de fala e escuta, temos a intenção de instalar um conjunto de exposições-diálogos catalisadores do direcionamento de um olhar sensível à cidade revelando possibilidades da coexistência das diferenças nas diversas camadas do espaço urbano. Logo, este texto resulta da convergência dos interesses dos/as pesquisadores/as que estão desenvolvendo estudos que transitam nos campos interdisciplinares da arquitetura, do corpo e da cidade. Com isto, articulamos três linhas de pesquisa – (1) Fenomenologia do Espaço Habitado; (2) Poéticas do Corpo-Espaço-Objeto; e (3) Diferença, Estética, Educação e Cidade – apontando um caminho socialmente comprometido no entendimento, apreensão e qualificação da cidade contemporânea. Nessa direção, o texto ora escrito organiza essas três linhas de pesquisa em torno de três grandes blocos apresentando situações de dissenso nas apropriações dos espaços das cidades colocando em suspensão a experiência gentrificadora e sua presença constante como desarticuladora de práticas estético-políticas nos espaços urbanos.

No primeiro bloco, os interesses recaem sobre as feiras populares que configuram verdadeiros garimpos urbanos, onde são encontrados também objetos usados, coleções de quinquilharias; não apenas utensílios funcionais, mas matérias subvertidas em inutilidades reinventadas: “inutilidades” ou “grandezas do ínfimo”, como dizia Manoel de Barros.

[1] Este texto é fruto da Sessão Livre Cidade da parceria ou cidade da dominação: situando uma experiência gentrificadora que nos atravessa apresentada no XVII ENANPUR – Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – em 2017. A continuidade do diálogo e debate entre pesquisadoras e pesquisador bem como seus desdobramentos após a referida Sessão Livre deram origem a este artigo, o qual avança a partir da discussão gerada e nas inquietações e indagações permanentes em nossas pesquisas e estudos.

Desenvolvendo táticas de invenção (CERTEAU, 2007) e de sobrevivência diária na cidade injusta e desigual, excluídos da economia formal, os feirantes revelam a capacidade criativa das pessoas em relação ao universo material que as cerca. Ao se realizar uma cartografia dos espaços opacos (SANTOS, 1996) observamos uma espacialidade fugidia, suscetível a desvios e imprevistos, que convida a pensar a complexidade segundo novos caminhos, em um campo conceitual transversal. Com suas rugosidades, as ações nestes espaços resistem ao ritmo voraz dos fenômenos de especulação e gentrificação das cidades. A descoberta das relações humanas e afetivas existentes neste território informal possibilita a elaboração de intervenções capazes de construir lugares mais sensíveis aos imaginários urbanos, reestabelecendo a conexão social e urbana com os espaços públicos.

No segundo, a partir da diversidade das presenças que corporificam relações no espaço público, buscamos refletir sobre as constâncias invisíveis, a presença do indesejado que reitera. A cidade como lugar de gente, de encontro, de interações culturais dinâmicas que caracterizam a urbanidade. Qualquer que seja a natureza dessas relações – comerciais, amistosas, conflitivas, preconceituosas, ilegais – estabelecem a vivacidade dos centros urbanos. Dialogamos sobre presenças silenciosas, que suscitam o deslocamento, a inquietação, especialmente no caso dos indígenas que vendem artesanato no centro das cidades. Em alguns casos, o preconceito vivenciado levou à legalização de sua presença, legitimando a tradicionalidade da forma que corporalmente se posicionam (FAGUNDES, 2013). É relevante, ainda, considerar a ancestralidade dessas presenças, nesses lugares específicos. Considerar o centro urbano como lugar de gente, continuamente, como comprovam a arqueologia, a toponímia e a memória. Trazemos então reflexões que extrapolam os mapas, que incitam o percurso e a sensibilidade de um estar junto, ainda que cada um tenha estabelecido o seu território - fluído, porque não permanente.

No terceiro bloco e último bloco, apresentamos a noção de que num projeto de arquitetura e urbanismo, ao (re)inventar o mundo e seus lugares, é possível notar momentos em que a cartografia pode ser utilizada como alternativa metodológica para traçar percursos poéticos. É situado um debate estético-político de compartilhamento do sensível, por meio de um diálogo socialmente comprometido no entendimento, apreensão e qualificação da cidade contemporânea. Adentra-se na compreensão das pré-existências (in)visíveis em vez de substituí-las por discursos dominantes, colocando a experiência gentrificadora em suspensão. Sob este ângulo, o lugar não é o suporte para o projeto de arquitetura e urbanismo. O lugar é o próprio projeto requisitando partilhas sensíveis nas esferas estética e política. O desenho aqui em questão é o de uma cidade da parceria em dissidência à uma cidade da dominação.

Na leitura deste texto, o convite, então, inclina as atenções para uma territorialização na Teoria da Transformação Cultural proposta por Riane Eisler no livro *O cálice e a espada: nosso passado, nosso futuro* mediada por algumas ideias de Guy Debord em *A sociedade do espetáculo*. Podemos sintetizar as ideias de Riane Eisler na existência de duas sociedades: a sociedade de parceria e a sociedade de dominação.

Na sociedade de parceria, valores mais sensíveis de compartilhamento e equidade aparecem, atividades criativas e de criação são mais frequentes e expressivas. Já na sociedade de dominação, valores mais agressivos e competitivos surgem, evidencia-se um escalonamento e hierarquias e a desigualdade prevalece por meio das diferenças. Há na sociedade de dominação atividades que giram em torno da guerra e disputas, as tecnologias voltam-se para armamento e paira uma atmosfera belicosa no ar.

Sob esta ótica, destacamos que as condutas formadoras da sistemática das ações que na vida cotidiana queremos (re)

significar são aquelas legitimadoras do outro na convivência, fundando o social, agregando um conversar e um escutar dentro de um modo de viver, incluindo lembranças, partilhas, colaboração. Infelizmente, o que verificamos numa mirada nos acontecimentos contemporâneos é um (pré)domínio de um modo de convivência humana de repulsa ao respeito das diferenças, negando o outro por meio da ruptura da rede de conversações e convívios destas diferenças.

Então, a intenção deste texto é pensar como a estética, ou um projeto estético de sociedade, pode ser o propulsor da noção de uma experiência gentrificadora do espaço da cidade. Podemos partir do pressuposto de que a experiência estética traz consigo a experiência de subjetividade à nossa contemporaneidade tão rasgada e atravessada por ritmos e valores aleatórios e dinâmicos. Logo, esses valores, por serem tão fugidios, são completamente ignorados por acadêmicos e técnicos que olham/desenham/pensam a cidade. Na experiência da subjetividade surgem cartografias que apontam variáveis difíceis de se “dominar”. Em uma ação gentrificadora percebe-se, como estratégias de imposição de um projeto estético-social, desmanches realizados justamente no campo do sensível que desterritorializam subjetividades circundantes a uma experiência estética, reterritorializando a própria experiência estética como valor de *prestígio* social numa tentativa clara de anulação de uma consciência de *lugar* social.

“A alienação do espectador em favor do objeto contemplado (o que resulta de sua própria atividade inconsciente) se expressa assim: quanto mais ele contempla, menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos compreende sua própria existência e seu próprio desejo (...).” [Fragmento tese 30 d’A Sociedade do espetáculo] (DEBORD, 1997, p. 24).

Constatamos nesse projeto que força uma territorialização,

desterritorialização e reterritorialização em torno da experiência estética o impulso de um movimento de aburguesamento (ou gentrificação) dos espaços da cidade o qual bebe no cerne da sociedade da dominação apresentada por Riane Eisler. Por mais invisíveis ou difíceis de serem detectados e/ou nomeados, estão em voga nesse movimento gentrificador valores como expulsar, separar, extratificar, acentuar desigualdades. Com tais valores vem à tona uma falta de respeito à diferença. A diferença aqui deve ser entendida como aquilo que é inerente ao ser, uma maneira de estar-no-mundo, as subjetividades na sociedade contemporânea.

Mais uma vez recorremos a Guy Debord, quando este nos aponta que

“(...) o urbanismo é a tomada de posse do ambiente natural e humano pelo capitalismo que, ao desenvolver sua lógica de dominação absoluta, pode e deve agora refazer a totalidade do espaço como seu próprio cenário” [Fragmento tese 169 d’A Sociedade do espetáculo] (DEBORD, 1997, p. 112).

e acentuamos que a gentrificação deve ser vista como uma estratégia da classe dominante de pôr em prática um projeto excludente de espaço urbano, não respeitando as diferenças, sendo intolerante à experiência da subjetividade, normatizando valores de dominação e sufocando possíveis expressões de parcerias e/ou compartilhamentos na cidade contemporânea.

[PRIMEIRO BLOCO]

Opacidades, rugosidades, dobras: as feiras como espaços táticos

*“O olho vê, a lembrança revê e a imaginação transvê.
É preciso transver o mundo”.
(Manoel de Barros)*

Buscamos observar o acontecimento urbano das feiras livres como espaços de invenção tática e apropriação popular do espaço público, propondo alguns conceitos que ajudam a aproximar desta prática sociocultural historicamente consolidada. Em especial adentramos os caminhos estreitos e lotados entre as barracas da Feira Múltiplo, conhecida popularmente como Feira da Marreta, em Goiânia/GO. Tais caminhos conduzem a um garimpo urbano. Ferramentas, peças, instrumentos, utensílios, cópias, originais, geringonças, LPs, ervas milagrosas, dentaduras, calcinhas, facas, celulares e uma infinidade de outros produtos são expostos e comercializados livremente aos domingos.

As feiras fazem parte da história de Goiânia, cidade que traz em sua gênese a ambiguidade da negação do passado interiorano e do olhar para a modernização. Ocupando praças e ruas da cidade, semanalmente se conformam e se diluem, caracterizando uma experiência peculiar de uso da rua em um território efêmero de fluxo de pessoas e intercâmbio de mercadorias. Nos interessam especialmente as feiras populares que configuram verdadeiros garimpos urbanos, onde são encontrados também objetos usados, coleções de quinquilharias; não apenas utensílios funcionais, mas matérias subvertidas em inutilidades reinventadas: “inutilidades” ou “grandezas do ínfimo”, como dizia Manoel de Barros (1999). Desenvolvendo táticas de invenção (CERTEAU, 2007) e de sobrevivência diária na cidade injusta e desigual, excluídos da economia formal, os feirantes revelam a capacidade criativa das pessoas em relação ao universo material que as cerca.

As feiras em Goiânia são divididas em Especiais e Livres, totalizando cerca de 150 eventos reconhecidos pela prefeitura municipal. As feiras livres são as tradicionais feiras hortifrutigranjeiras; as especiais comercializam diversos tipos de produtos. Entre estas, a feira da Marreta, que surgiu no Setor

Vila Nova (região povoada pelos migrantes, em sua maioria nordestinos, que vieram trabalhar na construção da capital a partir dos anos 1930) como um evento de troca de objetos usados, e que com o tempo cedeu espaço à comercialização também de produtos de procedência duvidosa.

Através das feiras, a cidade é cotidianamente apropriada por vendedores e ambulantes, transformando a paisagem urbana. Com as suas “sonoridades e visualidades características e com o imaginário dos seus modos de fazer e conviver, eles põem em prática sociabilidades muitas vezes esquecidas ou abandonadas pelo ímpeto do progresso” (MARQUEZ; CANÇADO, 2011) e da espetacularização das cidades. Desenvolvendo táticas de sobrevivência diária na cidade injusta e desigual, os feirantes da Marreta expõem produtos usados e sugerem:

“Se você tem dois pares de sapato, pode trazer um pra vender aqui”.

Excluídos da economia formal, revelam a capacidade criativa das pessoas em relação ao universo material que as cerca. As coleções de quinquilharias e tranqueiras expostas não são apenas utensílios funcionais, mas subvertidas em inutilidades reinventadas, investidas de novos significados, exigem uma deseducação do olhar para perceber aquilo que escapa ao olhar desatento. O que demanda curiosidade e fé. Seu Geraldo das Raízes, goiano do pé rachado que conheceu o mundo vendendo suas poderosas ervas-para-garrafada, amarga por excelência terapêutica, está semanalmente na feira:

“Faz milagre, hein! Cura doença misteriosa e tudo, pergunta pra Quésia, aquela menina da loteria do Guanabara, tava cheia de mancha pelo corpo, dei 30 dias e ela sarou”.

Afim de nos aproximar e buscar compreender estes espaços tratamos de alguns conceitos, utilizando especialmente o artigo

de Ana Clara Torres Ribeiro, “Homens Lentos, Opacidades e Rugosidades”, publicado na revista Redobra n.9. Para a autora, dos dissensos e tensões urbanas,

“emergem categorias e conceitos que, longe de propiciarem o rápido alcance de grandes sínteses analíticas, estimulam deslocamentos nas relações sujeito-objeto do conhecimento, criações de método e novos compromissos éticos de pesquisa científica” (RIBEIRO, 2012).

Trata-se sobretudo de uma ética da inclusão que implica na adoção do “com” e do “junto” como diretrizes da ciência, o que modifica a natureza do distanciamento e do estranhamento antes exigido do analista da vida coletiva. Desloca-se, assim, a percepção do pesquisador permitindo que este reconheça as hibridações entre saberes e práticas sociais. Busca-se valorizar a aprender com as experiências dos outros, neste caso no âmbito do território proposto por Milton Santos: o território usado, relacional, que valoriza a vida das relações – o espaço banal, de todos e todas as práticas, incluindo a solidariedade e o agir comunicativo. A descoberta das relações humanas existentes neste território informal possibilita a elaboração de intervenções capazes de construir lugares mais democráticos, sensíveis aos imaginários urbanos, reestabelecendo a conexão social e urbana com os espaços públicos.

Cartografia é a ciência que trata da concepção e produção de mapas; é um conjunto de procedimentos científicos e técnicos para elaboração de mapas a partir de observação e documentação. Esta ciência vem passando por grandes transformações, visto que os avanços tecnológicos vêm alterando profundamente a maneira com que os dados geográficos são processados, representados, interpretados. No campo da geografia, a cartografia representa o mapeamento que acompanha movimentos de transformação da paisagem. Na perspectiva teórica e política de Félix Guattari, Suely

Rolnik (2006) afirma que paisagens psicossociais também são cartografáveis, e que a cartografia, nesse caso, acompanha e se faz ao mesmo tempo em que o desmanchamento de certos mundos – sua perda de sentido – e a formação de outros mundos que se criam para expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos vigentes tornaram-se obsoletos. Assim, uma cartografia das subjetividades contemporâneas acompanha as transformações do relevo das paisagens sociais, políticas, afetivas, e está atenta ao surgimento de novas possibilidades de singularidades criativas. A cartografia, então, está relacionada à micropolítica (GUATTARI; ROLNIK, 1986) que diz respeito à formação do desejo no campo social e às multiplicidades que compõem sua trama rizomática, sempre em transformação. Ou seja, ao contrário da macropolítica (relacionada ao poder e operada pela linha dura que vai definindo oposições binárias do tipo homem-mulher, branco-negro, culto-inculto, entre outras) a micropolítica se faz no plano dos novos agenciamentos que brotam em meio aos sistemas estabelecidos. A cartografia, para além do mapa, “é a inteligibilidade da paisagem em seus acidentes, suas mutações: ela acompanha os movimentos invisíveis e imprevisíveis que vão transfigurando, imperceptivelmente, a paisagem vigente” (ROLNIK, 2006, p. 62). A força da cartografia reside na sensibilidade do cartógrafo para perceber estes movimentos e inventariá-los, cartografá-los. O cartógrafo está atento às táticas nos fenômenos humanos que se propõe investigar, e seu campo conceitual é cruzado, transversal, se valendo de fontes variadas – não apenas as escritas e teóricas - possam servir para fazer emergir matérias de expressão e criar sentidos. Para Rolnik (2006, p. 65) “o cartógrafo é um verdadeiro antropófago: vive de expropriar, se apropriar, devorar e desovar transvalorado”, que compõe suas cartografias com elementos de diversas naturezas. O critério de suas escolhas é descobrir que matérias de expressão, misturadas a quais outras, favorecem a passagem de intensidades que percorrem seu corpo no encontro com os

corpos que pretende entender. Aliás, entender, para o cartógrafo, não tem nada a ver com explicar e muito menos com revelar (...) O que ele quer é mergulhar na geografia dos afetos e, ao mesmo tempo, inventar pontes para fazer sua travessia (p. 66).

Para Ana Clara Torres Ribeiro, precisa-se de novas cartografias, não necessariamente expressa em mapas, mas uma cartografia da ação que inclua as descobertas e os dissensos cotidianos. Hoje é necessária uma cartografia que valorize contextos da ação, vínculos sociais, vivências e experiências. Uma cartografia objetiva e subjetiva que não renegue o pequeno, aquilo que, mesmo fugaz, pode ser de extrema importância por constituir-se na única resistência possível nos enredos e descaminhos do mapa do medo. Este último o mapa preferido da mídia hegemônica, que confunde evento e cotidiano e, ainda, conflito e guerra.

Superar as representações hegemônicas do espaço popular implica em confrontar a noção predominante de território, permitindo o reconhecimento da potência de sujeitos outros, da rugosidade que permite a sua sobrevivência.

O conceito de rugosidade refere-se à concepção do espaço como acúmulo de tempos, ou seja, enfrenta os enigmas teóricos relacionados à indissociabilidade entre espaço e tempo. A rugosidade é uma propriedade inerente do espaço herdado, do espaço banal e do território usado. Constitui-se numa propriedade que denuncia o limite e a seletividade das modernizações passadas e, em consequência, a parcialidade da força homogeneizante do capital. A rugosidade é vinco, conjunto de rugas, marcas, memórias. Sem ela, não existiriam sobrevivências que particularizam e singularizam as formações sociais e, especialmente, os lugares. Sem ela, não existiriam, também, a viração, a sagacidade e as táticas trabalhadas por Certeau.

Como tática, Michel de Certeau (2007) caracteriza a operação

que se distingue da estratégia, e defende que o “homem ordinário” - ou o homem que é visto dentro do sistema como mero consumidor - inventa seu cotidiano graças às artes de fazer: astúcias e operações de resistência onde ele se apropria dos códigos, objetos e espaços, e os altera. As trajetórias destes “inventores de trilhas nas selvas da racionalidade funcionalista” são como “frases imprevisíveis em um lugar ordenado pelas técnicas organizadoras de sistemas” (p. 97). Certeau defende que é urgente que se descubram procedimentos populares “minúsculos e cotidianos” (p. 41), elaborados por grupos ou indivíduos que não se conformam e jogam com os mecanismos disciplinares, criando modos de reapropriação do espaço através de uma “criatividade dispersa, tática e bricoladora” (p. 41).

A configuração de estratégia ou de tática se dá na presença ou na ausência do poder. A estratégia está relacionada com operações militares (estratégia de guerra) ou administrativas (estratégia de vendas). A estratégia circunscreve um lugar de onde se protege de alvos ou ameaças: o inimigo, o cliente, o concorrente, o objeto de pesquisa, etc. É o domínio das práticas panópticas (FOUCAULT, 2007). Por outro lado, a tática não tem meios para se manter em posição recuada, e precisa atuar “dentro do campo de visão do inimigo e no espaço por ele controlado” (CERTEAU, 2007, p. 100). A tática joga no terreno que lhe é imposto, aproveitando as ocasiões e as possibilidades oferecidas; utilizando, vigilante “as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia” (CERTEAU, 2007, p. 101). A operação tática acontece nas brechas e fissuras do sistema onde se atua, e é, em suma, a “arte do fraco” (CERTEAU, 2007, p. 101).

A distinção entre lugar e espaço feita por Certeau se aproxima da distinção entre espaço liso e espaço estriado feita por Deleuze e Guattari (1997). Fazendo uma analogia, o espaço

liso seria o tático, e o espaço estriado seria o estratégico. O espaço liso (nômade) e o espaço estriado (sedentário) são de naturezas bem diferentes, embora se misturem. O espaço liso é aquele que permite o escape, é a água que não pode ser contida: vaza, escorre. É o espaço marcado pela multiplicidade e heterogeneidade.

Os espaços opacos seriam os espaços da sobrevivência, enquanto os espaços luminosos seriam espaços de reconhecimento, da valorização e, enfim, da vida plena, clean e justa que, envolta em beleza, não teme se expor e, até mesmo, se oferece à exposição e às celebrações laicas. Em oposição aos espaços luminosos – celebrados e propícios à afirmação de celebridades – Milton Santos propôs a categoria espaço opaco. Este espaço seria orgânico e, por isto, efetivamente flexível, plástico e, não, pretensamente fluido, como ocorre com relação aos espaços luminosos.

Em grosso modo, poderíamos dizer que os espaços opacos e orgânicos correspondem às práticas que se inscrevem e resistem nos espaços abandonados por sucessivas modernizações ou naquele espaço que “não importa”. Trata-se do espaço da vida e da sobrevivência dos muitos outros.

Voltando à Goiânia, percorrendo a feira da Marreta junto à antiga linha de trem nos deparamos com existências e resistências urbanas em um devir ambulante de carrinhos e dispositivos táticos em constante movimento. Realizar uma cartografia desse espaço outro, de territorialidade popular, registra uma espacialidade fugidia, suscetível a desvios e imprevistos, que convida a pensar a complexidade segundo novos caminhos, em um campo conceitual transversal. Com suas rugosidades, as ações nestes espaços resistem ao ritmo voraz dos fenômenos de especulação e gentrificação das cidades.

[SEGUNDO BLOCO]

Presenças indígenas no espaço público

As presenças indígenas em espaços urbanos remontam a relações históricas com paisagens culturais e lugares de memória. O território brasileiro, à época da colonização, não deve ser considerado um “papel em branco”, um lugar vazio a ser ocupado. Por isso não podemos falar em descobrimento, mas em encontro, ou talvez invasão de territórios, há muito ocupados e manejados pelas populações nativas, hoje conhecidas como povos indígenas. O termo “índio” refere-se a esse erro histórico, mas hoje o termo indígena está vinculado às lutas pelo reconhecimento de direitos (OLIVEIRA, 1996). Entre esses direitos, está o livre trânsito. O direito de ir e vir, de estar e permanecer em um lugar. De acessar áreas de mata pra buscar elementos únicos, já escassos em decorrência da colonização e contínua exploração por parte da sociedade nacional. E, fundamentalmente, o acesso à terra, em parcelas fragmentadas de seus territórios ancestrais (BRIGHENTI, 2010). Nesse contexto, provocamos reflexões sobre a presença indígena em ambientes urbanos, no deslocamento que ela provoca, despertando noções coloniais de aldeamento, de repressão ao livre trânsito, de restrição à liberdade de acesso e permanência em lugares repletos de memórias e significados.

Muitas cidades brasileiras, e do continente americano como um todo, desenvolveram-se ao longo de caminhos e sobre lugares de ocupação indígena, que podem ser comprovados pela arqueologia. Esse histórico fornece pistas e ilumina a compreensão sobre a insistente presença indígena nesses lugares, mesmo que tenham sido repetidas vezes deslocados, retirados, indesejados. A imagem do indígena ainda está vinculada à reserva, à aldeia, a lugares afastados dos centros urbanos, talvez mais próximos à uma natureza intocada, de onde não deveriam sair. Pois bem, a arqueologia também comprova

que dificilmente exista uma natureza intocada, pois as florestas têm sido criadas e manejadas pela presença humana, indígena (ERICKSON, 2008). São, também as florestas, produtos culturais.

Por muito tempo as populações indígenas foram consideradas em vias de extinção, como grupos que no processo “civilizatório” seriam assimilados e plenamente integrados à massa da Nação brasileira. Muitas dessas populações, que se encontravam no caminho do desenvolvimento, foram agrupadas à força em áreas reservadas, com espaços cada vez mais limitados. Desde então, lugar de índio é na reserva, e quem cuidava dos índios era o SPI (Serviço de Proteção ao Índio) e depois a FUNAI (Fundação Nacional do Índio). Eram tutelados, conduzidos, limitados e delimitados em seu viver. Clifford (1995) explicita o incômodo provocado pela presença de sujeitos indígenas deslocados desses lugares (reservas, aldeias), nos quais foram forçosamente ‘encaixados’. A imagem de que o índio tem um lugar definido, provoca reações ao serem vistos nos centros urbanos. Algumas reações são preconceituosas, outras têm preocupações pela integridade de mulheres e crianças, expostas à situações miseráveis. Mas em ambos casos, revelam o desconhecimento desse outro, de seu modo de vida, de sua legitimidade nesse espaço, hoje urbano.

Oliveira (1996), Cohn (2001) e Gallois (2006) criticam a imagem dos povos indígenas como representantes de uma autenticidade nativa integrada à natureza, como culturas originárias cristalizadas desde o primeiro encontro com o conquistador, pois as dinâmicas culturais fazem parte da produção da cultura. Ainda que provoquem desconforto, a presença indígena nas cidades e as transformações culturais aos contextos contemporâneos demonstram táticas de invenção e adaptação: “Si las victimas del progreso y el imperio son débiles, raras vez son passivas” (CLIFFORD, 1995, p. 31).

Algumas grandes cidades, como Porto Alegre, devido à

demanda de povos indígenas e conflitos no uso dos espaços urbanos, criaram medidas legais para legitimar sua circulação e permanência nas áreas centrais, para onde essas populações deslocam-se para vender artesanato, em uma manutenção da relação econômica com seus territórios ancestrais (FAGUNDES, 2013). Em Porto Alegre, o conflito deveu-se ao fato das mulheres mbya guarani deslocarem-se para o centro da cidade acompanhadas de seus filhos pequenos para venderem artesanato. Lá chegando, estabelecem-se em panos estendidos no chão, em uma prática cultural denominada *poraró*. Essa imagem, com a forma peculiar das mulheres e crianças posicionarem-se e aguardarem pacientemente que alguém tenha interesse em ajudá-las, foi interpretada pelos transeuntes como inadequada para a infância. Contudo, Fagundes reproduz as falas dos Guarani, que argumentaram sobre a necessidade das crianças pequenas permanecerem sempre junto de suas mães e que o *poraró* possibilita a formação das crianças como pessoas Mbya, em “momentos indispensáveis que acarretam a continuidade das formas de sociabilidade e troca cultural intra e interétnica” (FAGUNDES, 2013, p. 69). A prática de ir ao centro em busca de recursos para viver está vinculada à relação com o meio, pois as cidades sobrepuseram-se às matas e as trocas precisaram ser reinventadas:

Então, o centro é o lugar que os Guarani moravam antigamente, tinham suas famílias. Não é que a gente queira viver desse jeito, mas a sociedade tem que entender que essa forma é para sobreviver, para levar e vender artesanato. No centro também é lugar de artesanato. José Cirilo Pires Morinico (SMDHSU, 2010, p. 19-23, apud FAGUNDES, 2013, p. 72).

A permanência indígena nos centros urbanos, embora pareça, à primeira vista, descontextualizada, reflete o vínculo ancestral que mantêm com seus territórios, como demonstra a arqueologia (NOELLI et al., 1994 apud FREITAS; FAGUNDES,

2013). São as ressonâncias, destacadas por Castells (2014), que acabam ficando à parte dos processos de revitalização urbana que enfraquecem o sentido do patrimônio imaterial. As conquistas indígenas para o regramento do uso dos espaços públicos urbanos em Porto Alegre representam um grande avanço, pois foram devidamente autorizados os panos das mulheres Guarani que vendem artesanato no centro junto de suas crianças. Os indígenas também participam oficialmente de feiras de artesanato e dividem uma pequena loja de artesanato no Mercado Público do Bom Fim, junto à mais prestigiada feira popular da cidade, o Brique da Redenção.

Em cidades nas quais não há esse tipo de proteção, os indígenas estão constantemente avançando e recuando de acordo com as regras estabelecidas para o usos desses espaços. Canclini (1997) pondera sobre a dificuldade de evitar as normas do sistema em que estamos imersos, pois apesar de ocorrerem transgressões e reapropriações temporárias que ressignificam os espaços públicos, a ordem social dominante permanece.

Os centros urbanos, em seu uso por grupos indígenas ao longo do tempo, podem ser compreendidos como “lugares de memórias” ancestrais. Caracterizam encruzilhadas, pontos nodais de trocas, “lugares antropológicos” com significado simbólico, como explicado por Augé (1994). A história da ocupação Guarani no centro de Porto Alegre, em seu ir e vir, em sua inconstância reiterada, remete às palavras desse autor: “Estranhamente, é uma série de rupturas e descontinuidades no espaço que figura a continuidade do tempo” (AUGÉ, 1994, p. 53).

Essa situação se repete em muitas outras cidades. Nas cidades litorâneas, existe a prática de ir vender artesanato durante o verão. O número de indígenas que deslocam-se para o litoral nessa época do ano é considerável, muitos permanecendo nas rodoviárias. As prefeituras buscam meios de proporcionar uma permanência mais adequada, ainda que de forma improvisada,

como vivenciado no verão de 2017 em Florianópolis. É necessário refletir e planejar espaços para contemplar esses fluxos, que fazem parte de seu modo de vida e são também uma forma de manterem-se economicamente.

Mas saindo dos grandes centros em direção às pequenas cidades do interior, torna-se ainda mais gritante o preconceito e a intolerância com relação às presenças indígenas. Da mesma forma, repete-se o histórico de uso dos espaços, dos lugares de memória ancestral. Até mesmo a memória do trânsito de indígenas nas cidades permanece nos cidadãos mais antigos, ao recordarem suas infâncias em pequenas cidades como Erechim, no Rio Grande do Sul, que ainda não completou cem anos de história. Se eles sempre estiveram presentes, porque não legitimar essa presença e sua permanência?

Destacamos outra cidade do interior, Chapecó, em Santa Catarina, por ser uma cidade com um histórico muito claro de deslocamento de populações indígenas, que poderia ser denominado de gentrificação. A cidade surgiu em volta do Passo dos Índios, lugar de ocupação Kaingang (DILL, 2016). Por muitos anos permaneceu, no centro da cidade, uma aldeia chamada Kondá. Era limitada em uma quadra, onde viviam várias famílias, em uma situação muito diferente da imaginada nas reservas indígenas. Contudo, mesmo em uma situação crítica, pela falta de acesso ao ambiente natural que lhes pudesse proporcionar a continuidade de seu modo de vida, essa é conhecida como uma das comunidades que manteve a língua e aspectos profundos da cultura, como a presença do kujá (rezador, liderança espiritual). Há alguns anos, essa comunidade foi deslocada para a zona rural de Chapecó, para um local com melhores condições de vida e maior proximidade ao ambiente natural. Porém, o vínculo com o centro da cidade de Chapecó certamente não se esvazia com esse deslocamento. A venda de artesanato permanece como meio de manutenção econômica. Hoje a comunidade busca criar,

junto à prefeitura, meios de permanecer no centro, de por ali transitar e ter ponto de parada para comercializar seus produtos (DILL, 2016).

Se os indígenas foram um dia deslocados dos lugares onde desenvolveram-se as cidades, acreditamos que seja necessário criar medidas que facilitem seu trânsito e permanência, que legitimem esses lugares em sua diversidade, que visibilizem essas populações, naturalizando sua presença, facilitando o diálogo e a compreensão de que ali sempre estiveram e permanecerão.

[TERCEIRO BLOCO] **Cartografia do lugar: um debate estético-político de compartilhamento do sensível**

Num projeto de arquitetura e urbanismo, ao (re)inventar o mundo e seus lugares, é possível notar momentos em que a cartografia pode ser utilizada como alternativa metodológica para traçar percursos poéticos. A cartografia surge como meio para podemos pensar e ver o todo do processo de um pesquisador, deparando-nos com possibilidades de caminhos a serem traçados no trabalho e onde as atenções voltam-se à processualidade em curso. Assim, a cartografia nos convida a um exercício cognitivo peculiar do pesquisador, requisitando uma capacidade maior de (re)inventar o mundo do que (re)conhecê-lo. E é em Gilles Deleuze e Félix Guattari (1992) que a cartografia recebe a atribuição de método que visa acompanhar um processo, e não representar um objeto. Logo, a cartografia atribuída como método, cria seus próprios movimentos, seus próprios desvios. É um projeto que requisita passagem, fala, incorpora sentimentos, emociona. É um mapa do presente que demarca um conjunto de fragmentos em contínuo movimento de produção.

Com esta noção de cartografia como alternativa metodológica

que traz à tona sentimentos e subjetividades, acrescentamos as reflexões apresentadas por Pallasmaa (2008, p. 483) sobre a relação entre a forma arquitetônica e o modo pela qual é experimentada. Seu principal argumento é de que o planejamento se transformou numa espécie de jogo de formas onde a experiência real da arquitetura tem sido negligenciada.

No movimento deste pensar, compartilhamos da noção de corpo que Merleau-Ponty aponta em Fenomenologia da Percepção. Trata-se de nosso próprio corpo tal como o experimentamos, de dentro, um corpo que se ergue em direção ao mundo. É o corpo considerado como particularmente nosso, ou seja, quando importa saber sobre o corpo de quem estamos falando. Assim, não posso encarar meu próprio corpo de maneira distanciada e puramente objetiva e na terceira pessoa, como se fosse apenas um exemplo de corpo humano. É meu corpo, aquele por meio do qual meus pensamentos e sentimentos entram em contato com os objetos. É assim que um mundo existe para mim: um corpo em primeira pessoa, o sujeito da experiência. Não faço contato com o mundo apenas pensando sobre ele. Eu experiencio o mundo com os sentidos, agindo sobre ele por meio da mais sofisticada tecnologia até os movimentos mais primitivos, tendo sobre eles sentimentos que me dão uma gama de complexidade e sutileza. O corpo é um sensível entre os sensíveis, é aquele no qual se faz uma inscrição de todos os outros, é uma coisa entre as coisas, um sensível que é dimensional por si próprio.

Apresentamos um fragmento de estudos sobre “Diferença, Estética, Educação e Cidade” com o intuito de situar um debate estético-político de compartilhamento do sensível, por meio de um diálogo socialmente comprometido no entendimento, apreensão e qualificação da cidade contemporânea. Na formação de futuros/as arquitetos/as trazemos na cartografia do lugar um exercício experimental como alternativa metodológica aos “diagnósticos” tradicionais. São cartografias das áreas em

estudo de disciplinas de projeto (ateliê) ministradas no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC desde 2013. Tais cartografias têm dois momentos: (1) de contaminação [percepção + contaminação do espaço pela experiência de percorrê-lo], e (2) de interação [contaminação + comunicação com habitantes/usuários por meio de entrevistas].

Em uma disciplina, situada no sétimo semestre do curso, as cartografias foram desenvolvidas em grupos distribuídos em recortes pré-determinados das áreas em estudo, obedecendo uma diretriz metodológica articulada entre um tema, um conceito e um âmbito espacial. Os resultados desta experiência são vídeos de curta duração que configuram cartografias sem mapas, cartografias em movimento traduzindo a experiência de apreensão dos/as alunos/as de arquitetura acerca do lugar. Assim, o debate estético-político adentra na compreensão das pré-existências (in)visíveis em vez de substituí-las por discursos dominantes, colocando a experiência gentrificadora em suspensão. Sob este ângulo, o lugar não é o suporte para o projeto de arquitetura e urbanismo. O lugar é o próprio projeto requisitando partilhas sensíveis nas esferas estética e política. O desenho aqui em questão é o de uma cidade da parceria em dissidência à uma cidade da dominação.

Caminhar sendo afetado por subjetividades. Que cidade nos atravessa na camada mais íntima de nosso corpo? Traçamos e (re)pensamos (in)evitáveis aburguesamentos dos lugares compartilhados por diferenças. Arquitetamos lugares rebatizados. Nome e sobrenome: Lugares Aburguesados Gentrificados. Neles, coexistências são anuladas. Nosso láp(i)s(o), num gesto de arquiteto, anula possíveis corpos insinuadores da cidade contemporânea.

“Mais de que meios o arquiteto dispõe para apreender e cartografar essas produções de subjetividades que seriam inerentes ao seu objeto e à sua

atividade? Poder-se-ia falar aqui de uma transferência arquitetural que, evidentemente, não se manifestaria através de um conhecimento objetivo de caráter científico, mas por intermédio de afetos estéticos complexos.” (GUATTARI, 1992, p. 161)

Parceria e dominação são termos úteis para descrever os dois princípios contrastantes de organização da nossa sociedade e, conseqüentemente, das cidades. Tais termos conseguem capturar a diferença essencial e, dentro de certas limitações, demonstram duas formas distintas e contrastantes de estruturar as relações entre duas metades da humanidade afetando o sistema social como um todo, nossa evolução cultural, social e tecnológica. Fatores esses já apontados por Riane Eisler (2007).

Aprofundando essa questão, nos deparamos com uma noção de hierarquia que nos convida a repensar a experiência da subjetividade e o desenho da cidade realizado em decorrência dessa experiência. Colocamos nesse ponto que o desenho da cidade hoje se faz pela intersubjetividade, ou seja, um caleidoscópio de diversas subjetividades que se inter cruzam resultando em desenhos. Agora o ponto crucial desse cruzamento de subjetividades passa pelos afetos cartografados. Não somos habituados a entrar num processo de ceder, negociar, partilhar experiências para remontá-las em novas potências de experiências. É aqui que a noção de hierarquia nos movimenta. Há uma hierarquia de dominação, a qual se alicerça num escalonamento humano baseado no uso da força ou ameaça do uso da força. Em contrapartida, existe uma hierarquia de realização, consistindo em uma progressão que cresce em direção a níveis mais elevados, evoluídos e complexos de funcionamento.

Cartografar o lugar num exercício de compartilhar o sensível que nos afeta transita na indagação acerca das hierarquias de dominação as quais inibem a realização de funções

mais elevadas, não apenas do sistema social em geral, mas também do ser humano individual. Esse é um dos motivos principais pelos quais um olhar calcado numa sociedade de parceria nas ações de compreender a cidade contemporânea abre possibilidades muito mais amplas para os/as futuros/as arquitetos/as do que os modelos de uma sociedade da dominação.

A experiência gentrificadora que atravessa a cidade nos dias de hoje mostra-nos uma sutileza do discurso dominante em relação ao espaço habitado. Ora se há um discurso dominante, há uma narrativa estruturada na dominação a qual bebe da fonte da hierarquia de dominação (por sua vez base da sociedade da dominação). Suspender essa experiência gentrificadora é trazer a potência dos afetos das/nas subjetividades num caminhar pela cidade. Nos vídeos resultantes desse exercício assinalamos a possibilidade de libertar narrativas oprimidas em relação aos papéis degradantes e distorcidos rigidamente impostos pelas hierarquias de dominação inerentes aos processos dos diversos sistemas da sociedade de dominação. Colocando as narrativas dominantes lado a lado das narrativas oprimidas, vem à tona os valores de dominação e de parceria. Percebe-se a omissão sistemática dos afetos em detrimento de objetividades em prol de um escalonamento da sociedade.

É um desejo de cartografar valores deixados num lugar secundário e que seriam um direcionamento para a apreensão da cidade pelo/a arquiteto/a e um caminho valioso para pensar e projetar espaços plenos de partilha e cuidado. É uma (re)descoberta que tais valores nunca morreram e indicam horizontes de responsabilidade ao invés de dominação.

Dois atravessamentos e algumas considerações finais

*Um atravessamento:
A Alegoria das casas marcadas.*

Eles chegaram numa manhã. Marcaram casas com alguns sinais nas suas paredes. Fotografaram, desenharam rabiscos esquemáticos, preencheram planilhas. Os que ali moravam não sabiam bem ao certo o que estava acontecendo. Da mesma maneira que apareceram, sumiram. Ficou no ar uma incerteza, dúvidas, insegurança. Dias depois avisos de melhorias no bairro acarretando o remanejamento daquelas casas marcadas com sinais, afinal, elas estavam no caminho do crescimento natural da cidade. Aqueles que seriam remanejados iriam para um local melhor e mais longe, mas com mais “qualidade de vida”. Novas cores apareceram. Padrões de beleza televisivos ganharam o espaço das casas marcadas. Novos valores também surgiram. Aluguéis e alguns serviços não cabiam mais no orçamento dos que ficaram. E o local melhor e mais longe continuou recebendo, diariamente, as outras pessoas das casas que não haviam sido marcadas.

A experiência gentrificadora do espaço da cidade foi problematizada nesse artigo nas vivências que temos da apreensão contemporânea da cidade considerando que vivemos em espetáculos e por espetáculos (DEBORD, 1997). Será que já estamos mergulhados num projeto estético-social com base numa anulação de um corpo que solicita um entrelaçamento com a experiência (inter)subjetiva? A noção de compartilhamento que nos vem diariamente bater à porta com botões de “curtir” não estaria inserido num contexto de “gelatinizar” uma experiência do belo e preparar um território pseudo-subjetivo para agentes outros dominar aqueles que ainda tentam clicar em botões ou compartilhar discursos facebookianos?

Um outro atravessamento: Aprender expressões e ações de parceria: responsabilidade para/por você.

“Na prática, é só com os adultos das calçadas que as crianças aprendem – se é que chegam a aprender – o princípio fundamental de uma vida urbana próspera: as pessoas devem assumir um pouquinho de responsabilidade pública pelas outras, mesmo que não tenham relações com elas. Trata-se de uma lição que ninguém aprende por lhe ensinarem. Aprende-se a partir da experiência de outras pessoas sem laços de parentesco ou de amizade íntima ou responsabilidade formal para com você, que assumem um pouquinho da responsabilidade pública por você” (JACOBS, 2014, p. 90).

É difícil gerar compartilhamentos reais/verdadeiros, criar uma sociedade da parceria em um cenário como o nosso atual, um cenário de dominação com valores belicosos que oprimem qualquer movimento criativo em prol de uma sociedade mais equânime. Propomos, então, uma ação de resistência: discutir e problematizar a gentrificação a partir desse marco teórico-estético-social. Cabe, justamente, entender o papel de arquitetos/as, urbanistas, artistas, pesquisadores/as e técnicos/as que atuam no espaço urbano como possíveis potencializadores/as de uma estética da dominação ou de uma estética da parceria. É uma cartografia do *entre* e não uma ação do *sobre*. Não é ver mapas e traçar diagramas com cores e esquemas de ações-vôo-de-pássaro. É entrar nos mapas numa relação horizontal, percorrer lugares, sentir esquinas e pessoas, envolver-se de corpo e com os corpos. Não diagnosticar, sentir a cidade. Deixar se contagiar pela experiência subjetiva e a partir daí traçar (se possível) desenhos de cidades que expressem a parceria adormecida de estar-junto.

***Rodrigo Gonçalves dos Santos** Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela UFSC, mestrado em Engenharia de Produção pela UFSC e doutorado em Educação pela UFSC. É professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PósARQ) da Universidade Federal de Santa Catarina. Coordena o Grupo Quiasma: Estudos e pesquisas interdisciplinares em arquitetura, corpo e cidade (ARQ/UFSC). Desenvolve estudos e pesquisas sobre experiências estéticas e perceptivas e suas articulações entre a apreensão da arquitetura e da cidade contemporânea com o campo sensível e a poética do espaço. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Projeto de Arquitetura e Urbanismo, atuando principalmente nos seguintes temas: projeto arquitetônico; arquitetura, corpo e cidade; fenomenologia do espaço habitado; dimensão artística e cultural da arquitetura e da cidade; experiências de apreensão da arquitetura e da cidade contemporânea; processos urbanos contemporâneos; ensino de projeto de arquitetura e urbanismo.

Laila Beatriz da Rocha Loddi Mestre em Cultura Visual pela Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás. Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela UFSC. Docente da Universidade Estadual de Goiás e do Centro Universitário Anápolis. Integrante do Grupo Quiasma: Estudos e pesquisas interdisciplinares em arquitetura, corpo e cidade (ARQ/UFSC). Tem experiência nas áreas de ensino, pesquisa e extensão em Arquitetura e Urbanismo, Design e Artes, com ênfase em processos criativos; desenho e modelagem manual; arquiteturas populares; investigação da experiência estética e sensorial do ambiente construído.

Nauíra Zanardo Zanin Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e mestrado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é professora assistente da Universidade Federal da Fronteira Sul. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Edificações e Comunidades Sustentáveis, atuando principalmente nos seguintes temas: sustentabilidade no ambiente construído, espaço escolar, construção autóctone, intervenções arquitetônicas em comunidades indígenas, arquitetura escolar indígena.

Ilustração de abertura do artigo
produzida pelo bolsista indisciplinar
André Victor

Referências

- AUGÉ, Marc. **Não-Lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas, SP: Papyrus, 1994, p. 43-107.
- BARROS, Manoel de. **Gramática expositiva do chão**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- BARROS, Manoel de. **Tratado geral das grandezas do ínfimo**. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- BRIGHENTI, C. A. **Estrangeiros na Própria Terra: presença Guarani e Estados Nacionais**. Florianópolis: EdUFSC; Chapecó: Argos, 2010
- BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas. Estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 283-350.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Petrópolis. RJ: 2007.
- CLIFFORD, James. **Introducción: Los productos puros enloquecen**. in.: CLIFFORD, James. Dilemas de la cultura. Antropología, literatura y arte en la perspectiva posmoderna. Barcelona: Gedisa, 1995.
- COHN, Clarice. **Culturas em Transformação: os índios e a civilização**. In: São Paulo em Perspectiva [on line], n. 15(2), 2001, pp.36-42.
- DEBORD, Guy. **A Sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARRI, Félix. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- EISLER, Riane. **O cálice e a espada: nosso passado, nosso futuro**. São Paulo: Palas Athena, 2007.
- ERICKSON, C. **Amazonia: the historical ecology of a domesticated landscape**. In: Silverman, H.; Isbell, W. H. (Eds.). The handbook of South American Archaeology. New York: Springer, 2008. p. 157-183.
- FAGUNDES, Luiz Fernando Caldas. **As “Mulheres dos Panos” Mbyá-Guarani**. In: ROSADO, Rosa Maria; FAGUNDES, Luiz Fernando Caldas (orgs). Presença Indígena na Cidade: reflexões, ações e políticas. Realização Núcleo de Políticas Públicas para Povos Indígenas. Porto Alegre: Gráfica Hartmann, 2013, p. 63-87.

- FREITAS, Ana Elisa de Castro; FAGUNDES, Luiz Fernando Caldas. **Projeto Fazendo Cerâmica Hoje como Nossos Avós/ Gohor hanja uŕri eŕg jóg si ag rikén: uma experiência de educação intercultural em esfera municipal.** In: ROSADO, Rosa Maria; FAGUNDES, Luiz Fernando Caldas (orgs). *Presença Indígena na Cidade: reflexões, ações e políticas.* Realização Núcleo de Políticas Públicas para Povos Indígenas. Porto Alegre: Gráfica Hartmann, 2013, p. 63-87.
- GALLOIS, Dominique Tilkin (org). **Patrimônio Imaterial e Povos Indígenas.** São Paulo: Iepé, 2006.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo.** Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- GUATTARI, Félix. **Casmose: um novo paradigma estético.** São Paulo: Ed. 34, 1992.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 2014 [edição original de 1961].
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- MARQUEZ, Renata; CANÇADO, Wellington (Org.) **Atlas ambulante.** Belo Horizonte: Instituto Cidade Criativas, 2011.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção.** São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. **Cidadania, racismo e pluralismo: presença das sociedades indígenas na organização dos estados-nacionais.** In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN*, Rio de Janeiro, n. 24 - Cidadania, 1996.
- PALLASMAA, Juhani. **Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos.** Porto Alegre: Bookman, 2011.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Homens Lentos, Opacidades e Rugosidades.** In: *Revista REDOBRA n°9.* Salvador: UFBA, 2012.
- ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: HUCITEC, 1999.